**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES,
REALIZADA NO DIA CINCO DE MAIO DE
DOIS MIL E CATORZE**

Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e catorze, pelas nove horas e trinta minutos, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

2 – ORDEM DO DIA

a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal;

b) Prestação de Contas de 2013;

3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO

4 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, e de seguida procedeu-se à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado a presença dos seguintes: José Severino Soares Miranda, Tiago Miguel da Costa Vaz de Sousa, António José Elvas da Rocha, Manuel Gonçalves dos Santos, João Alexandre Teles Abreu Castelo Branco, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Nélio Alexandre Ferreira Sequeira, Marcos André Lopes Paulo, Cristina Maria Campos Guerra, Tiago Rafael Pratas Andrade, Pedro Miguel Santos Oliveira, Elsa Fortunato Cardoso Fulgêncio, Paulo Jorge da Costa Dinis, Américo Oliveira Domingues, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, António Gonçalves Gomes, Luís Soares Agostinho, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, António Eduardo Ribeiro da Silva, Vítor Hugo Cardoso Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Manuel Almeida Paraíso e António Pires Fonseca.

O Sr. Presidente da Assembleia, propôs uma alteração à alínea b) da Ordem do Dia, referindo que em vez de constar “Prestação de Contas de 2013”, deverá constar “Apreciar e Votar os Documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2013”. Esta proposta foi posta a votação, tendo

sido aprovada por maioria, com a abstenção do Membro António Elvas da Rocha.

Antecedendo o Período Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembleia abordou duas questões, a primeira referente à data da Assembleia, dizendo que a mesma foi marcada para o dia cinco de maio porque houve um desentendimento entre ele e o Sr. Presidente da Câmara, mas que já está resolvido e que esse atraso é da sua inteira responsabilidade. Referiu também que a Mesa da Assembleia irá trabalhar na elaboração de um novo regimento e, caso os grupos parlamentares tenham propostas ou alguma alteração a fazer ao regimento, deverão enviá-las durante o mês de maio à Mesa da Assembleia, cujo núcleo de apoio funcionará no Centro Cultural, onde estará uma secretária, todas as segundas feiras, das 10h00 às 12h00, para receber quer os Membros da Assembleia quer os munícipes.

A segunda questão prendeu-se com a intervenção do público. O Sr. Presidente da Assembleia leu uma passagem do regimento da Assembleia, onde consta que a intervenção do público se prende com “questões de manifesto interesse para o concelho” e, uma vez que a intervenção do elemento do público, Porfírio Paraíso não estava de acordo com o previsto no regimento da Assembleia, a sua intervenção foi rejeitada.

Em virtude de faltar o primeiro secretário, o Sr. Presidente da Assembleia chamou para a Mesa da Assembleia o Membro Américo Domingues.

O Sr. Presidente da Assembleia questionou os membros da Assembleia sobre se havia alguma proposta de alteração ao projeto da ata tendo o Membro da Assembleia Cristina Guerra referido que na sua intervenção deveria constar “ não trouxe mais emprego nem nada de novo para o concelho” e não “ não trouxe mais emprego nem nada de bom para o concelho”. Após ter sido aceite pela Mesa esta alteração, e não havendo mais nenhuma proposta de alteração ao projecto de ata, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Antes de dar a palavra aos Membros que se inscreveram no Período Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembleia informou sobre uma proposta de criação de uma “Comissão de Acompanhamento nos Investimentos da Autarquia, nomeadamente no contrato com o Inatel, Terras

Serranas e Fornos Vida”, apresentada pelo Membro Cristina Guerra. Esta proposta vai ser estudada pela Mesa da Assembleia e caso esteja de acordo com o regimento e com a lei, constará na Ordem do Dia da próxima Assembleia Municipal.

Entrando-se no Período Antes da Ordem do Dia, usou da palavra o Membro da Assembleia Manuel Gonçalves para falar da Feira do Queijo, dizendo que enquanto Vereador, Membro da Assembleia e Membro da Comunidade Intermunicipal, sempre foi um defensor da qualidade da Feira do Queijo. Com esse propósito, debateu-se pela organização da feira em conjunto com os concelhos de Seia e Gouveia, sobretudo para dar mais distinção à promoção deste produto. Louvou o profissionalismo, o zelo e a posição da Câmara Municipal na organização da Feira e dos membros destacados para o efeito, dizendo que houve uma dedicação extrema na sua realização. Referiu ainda que foi um evento que promoveu quer o queijo da serra quer as potencialidades do concelho e os custos não foram avultados. Deu os parabéns à Câmara e colocou-se à disposição para ajudar.

Seguidamente abordou o tema das Comemorações dos 40 anos do 25 de Abril, elogiando, uma vez mais, o trabalho da Câmara Municipal na organização da caminhada, do almoço e da sessão solene, onde todos se puderam expressar. Disse que foram momentos agradáveis e que estas comemorações dignificaram o concelho de Fornos de Algodres. Referiu que é de louvar o aproveitamento das potencialidades a nível recreativo existentes no concelho, salientando a colaboração da “Batuta da Alegria” e “Os Capelenses”.

Por fim, sugeriu a realização de uma Feira Franca Anual em Fornos de Algodres, referenciando a data de 29 de Setembro, dia de S. Miguel, dizendo que traria dinamismo ao comércio local.

O Membro da Assembleia António Elvas da Rocha, deu os parabéns ao executivo e a todos os que participaram na organização da Feira do Queijo, dizendo que trouxe algo de bom ao concelho, e que nunca antes, o concelho de Fornos teve um período tão longo de tempo de antena na comunicação social.

Pronunciou-se, também, sobre a manifestação contra o encerramento do Tribunal de Fornos, dizendo que a população está de parabéns e lamentou a ausência de algumas pessoas responsáveis. Ainda em relação à questão do

encerramento do Tribunal, lamentou a postura dos deputados do Partido Social Democrata na votação que houve na Assembleia da República, dizendo que tomaram uma posição não em defesa do concelho mas sim do partido e do governo.

Por último, teceu elogios a uma empresa do concelho, “O Forninho das Tílias”, cuja reportagem passou na comunicação social, dizendo que é uma empresa que mostra inovação e empenho, exemplo a seguir pelas outras empresas do concelho.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra solicitou aos Membros da Assembleia e Presidentes de Junta, que colaborassem na identificação das ruas com nomes e das casas com o respectivo número e que incentivassem a população a fazer as respectivas alterações nos serviços competentes, uma vez que, no que concerne aos impostos, as devoluções têm sido muitas. Na qualidade de funcionária do Serviço de Finanças, pediu a colaboração dos Presidentes de Junta no sentido de fazer chegar às pessoas os seus impostos.

Referiu que foi com agrado que assistiu à Feira do Queijo e congratulou-se com a maneira como estava organizada. O mesmo agrado não teve em relação à representação do município na FIT da Guarda. Pediu mais cuidado e mais zelo na representação do município no exterior, sobretudo na organização dos stands com os produtos do concelho, disse que não houve exposição de produtos porque os produtores não foram contactados.

Seguidamente informou os presentes que apresentará, por escrito, e nos termos do art.º 46 do regimento, a proposta de criação de uma “Comissão de Acompanhamento nos Investimentos da Autarquia, nomeadamente no contrato com o Inatel, Terras Serranas e Fornos Vida”.

Por fim, falou nas comemorações dos 40 anos do 25 de abril, e manifestou o seu desagrado em relação à ausência de alguns colegas da Assembleia na sessão solene.

O Membro da Assembleia Luís Agostinho referiu que a Junta de Freguesia de Infias fez um projecto de toponímia, ainda com o executivo anterior, que ainda não foi aprovado, com o objectivo de identificar as ruas e colocar as placas.

De seguida, falou na Associação Desportiva e disse que a época terminou e que os jogadores, com o seu empenho e com os recursos que

dispunham, conseguiram elevar o nome de Fornos de Algodres, muitas vezes financiando eles próprios os transportes e algumas despesas. Referiu que a Direção da Desportiva vai reunir para aprovação de contas, uma vez que a verba disponível não é suficiente para fazer face às despesas e pediu ao Sr. Presidente da Câmara que resolvesse esta situação. Afirmou que irá realizar um ato eleitoral com o intuito de eleger alguém que assuma a direção da Associação Desportiva e não quer deixar contas por pagar da anterior direção. Relativamente ao funcionário da Junta de Freguesia de Infias, pediu esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara sobre o futuro do mesmo, se continua ou não a trabalhar para a Junta.

O Membro da Assembleia Pedro Oliveira, disse que não pôde estar presente nas Comemorações dos 40 anos do 25 de abril à semelhança de alguns membros da bancada do Partido Social Democrata, por indisponibilidade e não por falta de vontade. Em relação ao encerramento do Tribunal, disse que condena quer os deputados eleitos no distrito da Guarda pelo Partido Social Democrata, quer os deputados do Partido Socialista, que manifestaram a vontade de encerrar 49 tribunais em todo o país. O desagrado dos apoiantes do Partido Social Democrata de Fornos de Algodres em relação ao encerramento do tribunal, foi manifestado ao deputado Dr. Carlos Peixoto.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara e, em resposta à intervenção do Membro Manuel Gonçalves, referiu que uma vez que a Comunidade Intermunicipal acabou, o executivo viu uma oportunidade de organizar uma grande feira. A feira correu muito bem e a presença da RTP deu outra dimensão ao evento. Disse que “é possível fazer grandes coisas com pouco dinheiro”, desde que haja colaboração da população de Fornos e das colectividades. No que concerne às comemorações do 25 de abril, referiu que, enquanto fizer parte deste executivo haverá sempre este tipo de eventos, uma vez que é uma data que tem muito significado e foi a partir daqui que se abriram novos horizontes, não só para ao país mas também para o concelho.

Relativamente à Feira Anual, disse que todo o evento que contribua para uma maior afluência de pessoas ao concelho é importante, nomeadamente do ponto de vista comercial. Louvou os comerciantes do concelho e disse que é preciso coragem para cá trabalhar, tendo em conta os condicionalismos

económicos e financeiros que o país atravessa. Referiu também que não tendo esta Câmara recursos financeiros, uma forma de promover o comércio local e trazer mais-valias para o concelho é através da organização destes eventos.

No que concerne ao encerramento do Tribunal, o Sr. Presidente da Câmara mencionou que para além desta manifestação, outras iniciativas se somaram, nomeadamente a sua ida à Assembleia da República, uma vez que estava a ser discutido um projeto de resolução apresentado pelo Partido Socialista e pelo Partido Comunista Português, com o objectivo de suspender a reforma do Mapa Judiciário. Manifestou a sua indignação com a posição dos deputados do Partido Social Democrata, nomeadamente o Dr. Carlos Peixoto, Dr. Ângela e Dr. João Prata, uma vez que não fizeram qualquer declaração de voto em relação a este assunto.

Em relação à intervenção do Membro da Assembleia Pedro Oliveira, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que da parte do Partido Socialista nunca houve nenhum projeto de lei que propusesse o encerramento dos tribunais, mas sim uma Comissão de Acompanhamento da Assembleia da República que trabalhou com o então Secretário de Estado Dr. João Correia, na elaboração de uma proposta relativamente ao Mapa Judiciário. Todos os processos de encerramento dos tribunais da Madeira e dos Açores têm de ser rectificadas pelas respectivas Assembleias Legislativas. Nem num caso nem no outro houve essa rectificação. A Ministra da Justiça acabou por declarar que, caso houvesse algum problema, poderia vir a suspender o processo. O Sr. Presidente da Câmara referiu que estamos numa fase em que todas as lutas são possíveis, no sentido de fazer reverter o processo de encerramento dos tribunais e, por isso, pediu o apoio de todos os partidos nesta luta.

No que concerne à questão colocada pelo Membro Cristina Guerra relativamente à toponímia, O Sr. Presidente da Câmara disse que já alguns Presidentes de Junta o abordaram no sentido de resolver este assunto. O único problema que se coloca é que o âmbito de competência da Comissão de Toponímia criada na Assembleia Municipal apenas abrange a freguesia de Fornos e, por isso, ou se cria uma Comissão de Toponímia que abranja todas as outras freguesias, ou se cria uma Comissão por cada freguesia do concelho. Esta é uma questão que tem de ser resolvida no âmbito da Assembleia

Municipal e, como tal, solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia que fosse agendada para uma futura Assembleia a resolução deste assunto.

No que diz respeito à FIT, concordou com o Membro da Assembleia Cristina Guerra, mas salientou que houve um problema de logística. O espaço era muito quente e não foram dadas condições para manter os produtos em bom estado de conservação. De acordo com a avaliação que foi feita pela organização chegou-se à conclusão que haveria muitos aspetos a corrigir, nomeadamente a nível da representação, aspeto que se prevê vir a ser corrigido no próximo ano de modo a dar outra dimensão a esta feira.

Relativamente à Associação Desportiva, louvou o trabalho levado a cabo pelos jogadores, pelo treinador e pelo director. Salientou que ficou deliberado em reunião de câmara a atribuição do subsídio em tranches, tendo sido paga a primeira, prevê-se que ainda este ano seja paga a segunda.

No que diz respeito aos funcionários das Juntas de Freguesia, estes são geridos pela Câmara Municipal e, neste momento, este processo está a ser reorganizado. Está em curso a contratualização dos objectivos de avaliação com todos os funcionários da Câmara, é um processo moroso dada a falta de experiência em relação a este procedimento, mas está a ser resolvido.

Ainda em relação à intervenção do Membro Pedro Oliveira, solicitou novamente a colaboração de todos no sentido de trabalharem em conjunto para reverter o processo de encerramento do tribunal.

Em resposta, o Membro da Assembleia Pedro Oliveira salientou que o Partido Socialista assinou o memorando da Troika, onde estava objectivado o encerramento dos tribunais.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que, embora seja do Partido Socialista, irá também responsabilizar os líderes do seu partido. O Dr. António José Seguro assumiu que quando fosse primeiro ministro iria reabrir os tribunais. Assim sendo, se o tribunal for encerrado e se o Partido Socialista governar com António José Seguro como primeiro ministro, irá exigir que ele cumpra a sua promessa.

Passou-se à alínea a) da Ordem do Dia – “Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal”, tendo o Sr. Presidente baseado a sua comunicação no ofício datado de 2 de maio de 2014, o qual aqui se dá como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que deveria ter vindo acompanhada da comunicação do Sr. Presidente da Câmara, a informação sobre a situação financeira do município.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra deu os parabéns ao Presidente da Câmara pelo facto de as luminárias terem sido ligadas durante a noite, mas salientou que deve haver moderação em relação a este processo. Referiu que há zonas, como por exemplo a avenida que dá acesso à A25, em que é desnecessário as luminárias estarem ligadas durante toda a noite. Por uma questão de princípios e uma vez que atravessamos uma crise financeira, apelou para uma contenção de gastos.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que já foram identificadas uma série de luminárias, mas salientou que o custo para desligar uma luminária é exactamente o mesmo para desligar dezenas delas, portanto quando este processo de identificação estiver concluído serão desligadas todas de uma só vez, para não acarretar mais despesas para a Câmara.

Passou-se à alínea b) da Ordem do dia - Apreciar e Votar os Documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2013.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que referiu que este documento reverte em grande parte para o exercício do executivo anterior, mas salientou que a Câmara não pôde deixar de ser solidária e aprovar o documento. Realçou o aspeto formal do mesmo e, comparando-o com os dos anos anteriores, referiu que houve melhorias na sua conceção. Disse que não foi fácil implementar estas melhorias, mas o trabalho da Vice- Presidente aliado ao dos técnicos da Câmara, contribuíram para a sua realização.

Deste documento destacou a Taxa de Execução do Orçamento de 93.86%. Referiu que a receita de capital foi inferior porque está relacionada com a adoção por parte do Estado da nova redistribuição entre receitas correntes e de capital e o aumento das despesas com o pessoal, devido ao pagamento dos subsídios de férias, natal e despesas de saúde.

No que diz respeito ao Reequilíbrio Financeiro referiu que o anterior executivo entregou na DGAL um plano que não foi aprovado, uma vez que o governo está a criar o Fundo de Apoio Municipal e, de acordo com a Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local, não se justificava

aprovar a alteração do Plano de Reequilíbrio Financeiro havendo outro mecanismo de ajuda às Câmaras com problemas financeiros, como é o caso da Câmara de Fornos de Algodres.

Relativamente ao Fornos Vida e Terras Serranas, disse não haver qualquer registo, em termos de balanço, da participação social da Câmara nestas sociedades. É imperativo que esta participação seja reflectida na documentação da Câmara e, como tal, estas sociedades já foram registadas.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que esteve presente na Assembleia Geral Anual referente a estas empresas e aquando da votação do relatório de contas, absteve-se uma vez que havia falta de elementos e não foi possível analisar os documentos. Como tal, entregou um requerimento ao Senhor Presidente do Conselho de Administração, a solicitar as seguintes informações:

- Número de ações, tipo e valor de que o município é titular no capital das empresas;
- Registo da emissão dos valores imobiliários das sociedades;
- Permissão para aceder ao ficheiro do registo através da cedência do código de acesso;
- Informação sobre quem assinou o Termo de Abertura e Termo de Encerramento do registo;
- Fornecimento de cópia dos relatórios de gestão e documentos de prestação de contas, referentes aos últimos três exercícios;
- Fornecimento do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório do Revisor Oficial de Contas;
- Cópia das atas da eleição dos membros dos órgãos sociais.

O Membro da Assembleia Luís Ginja, disse que a apreciação e a votação dos documentos de prestação de contas é uma forma de ficarmos a conhecer o que foi feito e como se gastou o dinheiro dos contribuintes. Referiu que o Plano de Reequilíbrio Financeiro devia ser seguido pela Assembleia Municipal e todos os eleitos.

Relativamente a este relatório, não conseguiu perceber o que foi pago, o que se amortizou e o que se pagou de juros, uma vez que o documento de acompanhamento sempre foi presente à Assembleia e, neste caso, isso não aconteceu. Abordou a questão do aumento das despesas com o pessoal,

devido aos subsídios de férias e natal, mas salientou que em relação aos anos de 2012 e 2013, houve uma redução desse pessoal, o que é importante pois comprova que o Plano de Reequilíbrio está a ser cumprido. Questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca da situação do pessoal da Câmara com acumulação de funções. Referiu também que este relatório é de cariz negativo, uma vez que o passivo da Câmara ultrapassa os 30 milhões de euros, o que para um concelho como Fornos de Algodres, não perspetiva um futuro muito agradável.

Por fim abordou a questão do encerramento do Tribunal, ressaltando que não nos devemos esquecer do que o futuro nos pode reservar – o encerramento dos Serviços Públicos de Fornos de Algodres, facto que constituiria o aniquilamento do concelho de Fornos. Afirmou que espera que o Partido Socialista constitua o próximo governo, porque o Partido Social Democrata “acabou com quatro freguesias, encerrou o Centro de Saúde à noite, quer encerrar o Tribunal e perspectiva-se o encerramento das Finanças.”

O Membro da Assembleia Manuel Gonçalves referiu que em relação ao documento de prestação de contas, a sua perspetiva é de carácter técnico. Começou por mencionar uma resposta da funcionária Graça Moreira a uma Ordem de Serviço do Sr. Presidente da Câmara e aproveitou para elogiar este tipo de procedimento. Na resposta da funcionária consta que “não se encontra implementado o sistema de contabilidade de custos” e, em relação a isso, o Membro Manuel Gonçalves deixou um alerta dizendo que na parte analítica do plano oficial de contabilidade, um dos aspectos mais importantes para a gestão de uma Câmara Municipal ou qualquer tipo de estabelecimento é a interpretação de custos, uma vez que com este procedimento temos uma perceção de quanto se gasta nos diversos departamentos e nos serviços afetos à actividade da Câmara Municipal. Salientou que na Câmara Municipal, sobretudo pela sua dimensão, deveria ser implementado este procedimento com carácter obrigatório interno.

Referiu que na Ordem de Serviço, na resposta dada pelo Engenheiro Paulo Santos, a data não é 19 de Abril mas sim 19 de Março, porque senão a resposta teria sido dada antes do pedido.

Mencionou a página 1 da Introdução, onde na referência à Dra. Maria Isabel Batista Martins dos Santos, consta “PSD até 23 de Outubro de 2013” e

deveria constar “ PSD (exerceu funções até 23 de Outubro de 2013). Referiu também que apesar desta prestação de contas corresponder a um terço de governação do Partido Socialista e dois terços de governação do Partido Social Democrata, houve mudanças, nomeadamente nas ajudas de custo. Referenciou algumas discrepâncias, designadamente em relação aos impostos diretos, cujo valor é de 538.543,28 € na página da evolução de contas – receitas e despesas e na página do mapa de fluxos é de 558.879,71€.

Por fim, e de acordo com a análise geral que fez ao documento, disse que houve muito rigor na sua conceção, apesar de este ser um pouco extenso e que nele está exposta toda a atividade da Câmara Municipal. Referiu que vai votá-lo como um documento de prestação de contas, pois contém todos os elementos necessários.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra disse que este relatório de contas é o possível e não foi com agrado que se deparou com a nossa situação financeira. Manifestou a sua preocupação com uma das reflexões presentes no relatório acerca da qualidade da informação nele divulgada. Solicitou ao executivo esforços no sentido de capacitar a secção de contabilidade com técnicos, nomeadamente um TOC a tempo inteiro que traria métodos de trabalho e de controlo.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que afirmou que os técnicos também têm de ser responsabilizados pelos seus atos. Disse que há nesta Câmara Municipal uma falha relativamente à responsabilização dos técnicos, nomeadamente das chefias e que estas deveriam ter outro tipo de formação. Um exemplo disso foi a implementação do SIADAP, levada a cabo pelo actual executivo e que anteriormente não existia nesta Câmara. Referiu também que há um plano de formação aprovado para o próximo ano.

Relativamente à questão do Revisor Oficial de Contas, encontra-se aberto e a aguardar candidaturas o processo de contratação.

Relativamente às Ordens de Serviço, referiu que estas servem precisamente para responsabilizar os técnicos, é uma forma dos funcionários cumprirem as suas tarefas e, caso não o façam, se justificarem.

No que diz respeito à contabilidade de custos, referiu que é um grande elemento de gestão que tem como objetivo saber onde está a ser gasto o

dinheiro. Este centro de custos não existia na Câmara Municipal e no orçamento apresentado pelo novo executivo, as despesas foram identificadas por ações de modo a haver um maior controlo.

Relativamente à questão do decréscimo de pessoal, a Câmara tem cumprido o que foi exigido no Plano de Reequilíbrio Financeiro. Referiu também que não sabe se haverá alguma alteração no próximo ano, com a legislação do Fundo de Apoio Municipal.

No que concerne ao documento da situação financeira do Município, foi feito um pedido aos Serviços técnicos, no sentido de fazer acompanhar o quadro de um relatório que serão apresentados na próxima Assembleia Municipal.

Em relação à questão de acumulação de funções, deram entrada vários pedidos que irão ser analisados e a todos será dada uma resposta, tendo em conta a salvaguarda dos funcionários.

O Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação os Documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2013, tendo sido aprovado por maioria com quatro abstenções, dos Membros da Assembleia António Gonçalves Gomes e Luís Filipe Rodrigues Reis, tendo os membros António José Elvas da Rocha e Luís Miguel Ginja da Fonseca apresentado a seguinte declaração de voto:

“Sendo a apreciação e votação das contas relativamente ao ano de 2013, uma análise do que foi ou não “feito”, como foi gasto o dinheiro dos contribuintes e a responsabilidade destes gastos.

Entendemos abstermo-nos nesta votação, em virtude de termos exercido funções de vereadores no período apreciado e não termos tido conhecimento de grande parte, uma grande maioria, das ações praticadas pela maioria no mandato anterior.”

Sobre este assunto, o Membro da Assembleia Cristina Guerra, embora tendo votado a favor, apresentou a seguinte declaração de voto:

“ O sentido do meu voto foi favorável porque é reconhecido no próprio relatório de Prestação de Contas/2013, a posição financeira do Município de Fornos de Algodres e que irão ser tomadas medidas tendentes à correção destas anomalias.”

Passou-se de seguida ao Ponto três da Ordem de Trabalhos – Outros Assuntos de interesse para o Concelho.

O Membro da Assembleia Manuel Gonçalves começou a sua intervenção aludindo à informação do Presidente da Câmara, na parte das Obras por Administração Direta, ao ponto “Limpeza de ruas e espaços públicos na Vila de Fornos de Algodres”. Falou no caso concreto do espaço pertencente à Caixa de Crédito Agrícola, junto ao Tribunal, uma vez que houve vários protestos dos moradores da zona por causa da sujidade. Relembrou que “em tempos houve um acordo de cavalheiros” para se construir uma estrada de ligação na parte de trás dos prédios e disse que espera que o Senhor Presidente dê cumprimento a esse acordo. Referiu que a limpeza está feita mas seria recomendável haver uma solução, até porque aquela zona foi considerada uma zona VIP, para efeitos fiscais.

Seguidamente abordou a questão da antiga IP5, dizendo que é necessário que esta estrada continue a ter cuidados de manutenção, nomeadamente na entrada, uma vez que ainda é utilizada e há zonas em que as mimosas e outras vegetações cortam a visibilidade aos seus utilizadores.

Relativamente à questão das luminárias, disse estar satisfeito com a sua ligação durante a noite, mas também acha que é desnecessário estarem todas ligadas.

Por fim, questionou o Sr. Presidente da Assembleia sobre uma passagem da Ata da Sessão anterior onde se lê que no protocolo se prevê que depois da inauguração do Hotel, apenas o Hotel e zonas verdes ficarão registados em nome das Terras Serranas. Referiu que se tudo isto está escrito num documento legal e objectivo o problema “Terras Serranas” deixa de ser um problema.

O Membro da Assembleia Maria João referiu que houve freguesias que foram contempladas com um funcionário. De acordo com o princípio de igualdade de tratamento que deverá nortear a acção do município e, na qualidade de Presidente de Junta, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre os critérios que estiveram na base dessa selecção, uma vez que a Freguesia da Matança não foi contemplada com nenhum funcionário.

O Membro da Assembleia Manuel Paraíso, mostrou a sua indignação com as reparações dos pavimentos da freguesia de Juncais, uma vez que estas reparações foram feitas com terra e não com alcatrão ou cimento.

O Membro da Assembleia Álvaro Ferreira dos Santos, iniciou a sua intervenção com um apelo ao executivo no sentido fazer o possível para que a escola primária de Figueiró da Granja não seja encerrada por falta de apenas um aluno. Solicitou também que sempre que haja eventos e festas se proceda no fim dos mesmos à remoção de plásticos, fitas e demais materiais de modo a manter os locais limpos.

Informou que no dia 25 de Maio vai ser inaugurado o primeiro Museu de Arte Sacra do concelho de Fornos de Algodres, onde vai ser exposto o espólio da Paróquia e o património do Seminário e pediu a todos que estivessem presentes.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra, tranquilizou o Presidente da Junta de Figueiró, dizendo que não seria por causa de uma criança que a escola iria fechar e disponibilizou-se a fazer a matrícula da sua filha na escola primária de Figueiró.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou-se à disposição de todos para, posteriormente, esclarecer todas as dúvidas em relação ao assunto “Terras Serranas” e colaborar no que fosse preciso. De seguida deu a palavra ao Presidente da Câmara, que em relação à questão da Escola Primária de Figueiró da Granja, referiu que o vereador Alexandre Lote se encontrava em Coimbra, numa reunião cujo assunto era o encerramento das escolas. As orientações que levou foram no sentido de assumir uma posição de força, afirmando que a Câmara não suportaria mais as despesas com os autocarros, caso as crianças da Muxagata não fossem para Figueiró da Granja.

Relativamente à iniciativa do Membro Cristina Guerra, o Sr. Presidente louvou a sua iniciativa.

No que diz respeito ao KTM, foi uma iniciativa que resultou de um protocolo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Figueiró da Granja e que envolveu muita gente. Foi um evento que deu a conhecer o património cultural e histórico do concelho de Fornos de Algodres a visitantes de várias localidades, nomeadamente Lisboa.

Em relação ao Museu de Arte Sacra, a Câmara irá associar-se à inauguração e colaborar no que for necessário.

Relativamente à questão colocada pelo Membro da Assembleia Manuel Paraíso, o Sr. Presidente da Câmara referiu que, neste momento, a Câmara não dispõe de meios para comprar o alcatrão e houve outras prioridades que tiveram de ser satisfeitas, nomeadamente o pagamento das participações referentes às Medidas CEI e CEI+ do Instituto do Emprego e Formação Profissional, que deveriam ter sido pagas pelas entidades promotoras, ou seja as Juntas de Freguesia, e foram pagas pela Câmara Municipal.

Referiu que está previsto um concurso para fornecimento de betuminoso, para fazer face a estas situações.

No que concerne à distribuição dos funcionários pelas Juntas de Freguesia, o critério de selecção não foi do actual executivo, mas sim do anterior. Referiu que todas as Juntas vão ser tratadas com equidade e ter o mesmo apoio, independentemente do Partido Político.

Em relação ao espaço junto ao Tribunal, procedeu-se à sua limpeza. Ainda no decorrer deste ano e, de acordo com as afirmações do Dr. Licínio Pina Prata, irá ser aberto um concurso para a construção do edifício da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo. Disse que terminadas as obras todos os problemas inerentes ao local iriam ser resolvidos.

No que diz respeito à questão da IP5, foi elaborada pelos Serviços Técnicos, uma planificação relativa à limpeza das bermas e caminhos.

Relativamente ao assunto "Terras Serranas", o Sr. Presidente da Câmara referiu que não "queria alimentar polémicas", mas que havia coisas que tinham de ser ditas, nomeadamente em relação à questão da electrificação do hotel. O Sr. Presidente da Câmara informou que se procedeu à suspensão do fornecimento de electricidade ao hotel, com a presença de elementos da Direcção Regional da Economia e da EDP, que afirmaram que do ponto de vista técnico não era possível manter aquela situação. Aquando da saída do local, o gerador estava a funcionar e as luzes devidamente desligadas. Posteriormente, o selo de segurança do PT foi retirado por alguém e o hotel voltou a ser abastecido pelo PT da Câmara. O Sr. Presidente da Câmara disse que comunicou de imediato a situação à Direcção Regional de Economia e, nesse mesmo dia, as luzes foram desligadas e o PT foi selado. Referiu que a

Câmara não abastecerá mais o hotel, até porque este tem já um PT devidamente licenciado. Informou que houve da parte do Promotor do projecto atitudes menos corretas, como a substituição de uma das fechaduras do Campo de Futebol.

Referiu ainda que é sua intenção resolver esta questão, no sentido de devolver à Câmara o que é da Câmara.

O Sr. Presidente da Assembleia disponibilizou-se para ajudar a viabilizar o investimento que foi feito e tudo o que houver para esclarecer, mas salientou que cabe ao atual executivo gerir este processo. Referiu que é necessário rentabilizar o investimento e que tudo tem solução, se houver vontade do executivo e do investidor.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que há omissões graves em relação a este processo e que tudo tem de ser esclarecido.

O Sr. Presidente da Assembleia reforçou a ideia de que cabe ao Presidente da Câmara estabelecer diálogo com o investidor e que se houve erros ou omissões, estes estão plasmados nas deliberações de reuniões de Câmara e Assembleia Municipal.

O Membro da Assembleia Manuel Paraíso pediu a palavra para referir que enquanto noutros locais as reparações dos pavimentos foram feitas com cimento, na freguesia de Juncais foram feitas com terra e, por isso, acha que há dualidade de critérios. Solicitou também que quando houvesse este tipo de intervenções, estas não fossem feitas sem o conhecimento das Juntas, uma vez que havia zonas que careciam de intervenção e tal não aconteceu.

O Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra e referiu que não há dualidade de critérios. As reparações na freguesia de Juncais foram feitas com terra porque na altura não havia alcatrão e cimento disponíveis.

Em virtude de não se ter verificado nenhuma intervenção por parte do público, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação, a aprovação em minuta da deliberação da alínea b) da Ordem do Dia - "Apreciar e Votar os Documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2013" tendo sido aprovada por maioria.

E, não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia, de imediato encerrou a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada nos termos da Lei.

O Presidente _____
O 1º Secretário Amir Adriano
O 2º Secretário _____